

A ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA DE AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA A PANDEMIA COVID-19

FILIPPE GUERRA

filipe.guerra@ua.pt

Jurista. Doutorando em Políticas Públicas no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro (Portugal). É Mestre em Administração e Gestão Pública pela Universidade de Aveiro e ainda Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada do Porto

Resumo

Este artigo apresenta e analisa a estratégia da União Europeia (UE) para a aquisição de vacinas, no âmbito da pandemia Covid-19, nomeadamente as opções dos seus decisores políticos, o modelo de negociação com a indústria farmacêutica, os diversos momentos chave ao longo do processo, incluindo nas suas conclusões referências à articulação dessa estratégia com os compromissos assumidos pela UE junto de outras entidades como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a iniciativa internacional COVAX.

A partir da investigação realizada, sustentada através da diversa literatura já existente, dos anúncios públicos e de declarações dos principais responsáveis políticos, verifica-se que a UE desenvolveu uma estratégia de aquisição de vacinas exclusivamente através da contratualização junto de grupos farmacêuticos internacionais, de acordo com o modelo de Parceria Público-Privada (PPP), assumindo as suas eventuais vantagens e riscos.

Ao longo do processo de aquisição e distribuição das vacinas, verificaram-se dificuldades de coordenação entre as instituições europeias e os Estados-membros, atrasos nas entregas e dificuldades na gestão e distribuição das vacinas disponíveis, a par de suspeições em torno do modelo negocial escolhido. Registou-se ainda, no âmbito da iniciativa COVAX, dificuldades de compatibilização entre os compromissos de participação da União Europeia e a sua execução.

Palavras-chave

COVAX; Covid-19; Gavi; União Europeia; Vacinas

Abstract

This article presents and analyses the European Union's (EU) strategy for the acquisition of vaccines, in the context of the Covid-19 pandemic, namely the options of its policymakers, the model of negotiation with the pharmaceutical industry, the various key moments throughout the process, including in its conclusions references to the articulation of this strategy with the commitments made by the EU to other entities such as the World Health Organization (WHO) and the international COVAX initiative.

From the research carried out, supported by a variety of existing literature, public announcements and statements from key policymakers, it appears that the EU developed a vaccine acquisition strategy exclusively through contractual agreements with international pharmaceutical groups, according to the Public-Private Partnership (PPP) model, assuming its possible advantages and risks.

Throughout the process of acquiring and distributing the vaccines, there were difficulties in coordination between the European institutions and the Member States, delays in deliveries and difficulties in managing and distributing the available vaccines, along with suspicions surrounding the negotiating model chosen. In the context of the COVAX initiative, there were also difficulties in reconciling the European Union's commitments to participate and their implementation.



Keywords

COVAX; Covid-19; Gavi; European Union; Vaccines.

Como citar este artigo

Guerra, Filipe (2022). A estratégia da União Europeia de aquisição de vacinas para a pandemia Covid-19. *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol13 N2, Novembro 2022-Abril 2023. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.2.9>

Artigo recebido em 27 de Janeiro de 2022, aceite para publicação em 13 de Setembro de 2022





A ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPEIA DE AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA A PANDEMIA COVID-19

FILIPE GUERRA

Introdução

Nas primeiras semanas da crise pandémica Covid-19, no espaço da União Europeia (UE), perante uma pandemia de rápido contágio que desconhecia fronteiras entre países, as instituições da UE e os Estados-membros revelaram dificuldades de coordenação numa resposta comunitária aos desafios que enfrentavam. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, mostrava-se preocupada: “uma crise sem fronteiras não pode ser resolvida colocando barreiras entre nós. No entanto, esse foi exatamente o primeiro reflexo que muitos países europeus tiveram. Isto simplesmente não faz sentido” (Comissão Europeia, 2020a).

Perante a ineficácia de diversas formas de tratamento clínico experimentadas, o desenvolvimento e distribuição de vacinas para Covid-19 era crescentemente aguardada com expectativa. A imunização através de processo de vacinação, uma das principais medidas de prevenção de doenças infecciosas, não obstante, teria sempre o seu sucesso sujeito a variações no decurso da pandemia segundo fatores como a sua eficácia, rapidez de produção, aprovação e distribuição ou ainda a imunização perante as várias variantes (Tavilani et al., 2021). De qualquer forma, pela importância que assumiam, segundo von der Leyen, as vacinas seriam “um bem comum” a ser “partilhado universalmente, e disponibilizado a todos” (Comissão Europeia, 2020b).

No contexto internacional, em abril de 2020, surgia a iniciativa multilateral COVAX, liderada pela *Gavi*, *The vaccine Alliance*, pela *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI) e pela OMS, destinada a garantir um acesso justo e equitativo a vacinas para a Covid-19, assim que se encontrassem disponíveis. A COVAX pretendia coordenar uma estratégia de distribuição de vacinas mais eficiente que um cenário de aquisição concorrencial entre Estados, distribuindo proporcionalmente à população dos países, mesmo que essa distribuição não correspondesse a alguns princípios éticos como a priorização de grupos específicos ou regiões mais atingidas (OMS, 2020) - apenas uma renegociação poderia alterar critérios de distribuição.

Desde o início da COVAX, a UE afirmou-se como um dos seus principais doadores, assumindo ainda uma complementaridade entre a participação na COVAX e a sua estratégia de aquisição de vacinas, propondo-se a alocar fundos próprios e ainda uma “porção significativa” das suas vacinas (Comissão Europeia, 2020b).



Em junho de 2021 a Comissão Europeia anunciaria a sua estratégia em relação à aquisição de vacinas, nomeadamente os seus objetivos, o decurso das negociações em com a indústria farmacêutica, outros elementos de gestão do processo de contratualização e os respetivos critérios. Confirmando-se assim, o início da formação de uma PPP para a gestão deste relevante dossier.

Métodos

A investigação deste artigo procurou apresentar e estabelecer ligações entre os momentos mais significativos do processo de aquisição de vacinas pela UE, as suas prioridades e opções políticas e económicas nas diversas mesas negociais, e ainda a sua participação no combate global à pandemia. Nesse sentido, a investigação dedicou a sua atenção a um conjunto múltiplo de fontes, com o objetivo de assegurar a sua amplitude, variedade, multidisciplinaridade e diversidade analíticas, assim como a complementaridade, assegurando a sua fidedignidade. Esta recolha de informação foi realizada a partir do segundo semestre de 2021.

Nestes termos, foi realizado um levantamento dos dados disponíveis em fontes como os websites oficiais, nomeadamente das Instituições da UE e da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OMS, entre outras instituições internacionais, em artigos científicos publicados entre os anos de 2014 e 2021, notícias e declarações reproduzidas em agências de notícias e noutros órgãos de comunicação social de referência, com escala internacional, especializados nas áreas de Economia, Política, Saúde e Relações Internacionais, publicadas a partir de março de 2020. Neste processo, foram ainda recolhidas e incluídas referências sobre os impactos económicos e sociais da pandemia Covid-19. A seleção destas fontes é representativa do período temporal compreendido entre março de 2020 e novembro de 2021.

Na revisão de fontes secundárias, quanto à autoria e local de publicação, verifica-se a predominância de origem europeia e anglo-saxónica.

As Parcerias Público-Privadas em Saúde

As PPP no contexto das políticas públicas de Saúde sintetizam-se como uma colaboração entre os sectores públicos e privados, para atingir objetivos comuns, ultrapassando as respetivas limitações. O sector privado, nestes termos é apontado como catalisador de serviços e bens, com maior eficiência, melhor gestão, estratégias mais focalizadas e ainda com melhores bases de recursos materiais e humanos (Thadani, 2014).

Ao longo das últimas décadas, devido ao crescente desencontro entre procura e oferta em serviços de Saúde ou pelas dificuldades económicas de Estados com necessidade de aceder a produtos e conhecimento, o recurso às PPP tem-se generalizado em muitos países da OCDE e de outros de rendimento médio (Thadani, 2014; McKee & Galea, 2014). Também influentes fundações privadas na Saúde, frequentemente também ligadas ao próprio sector privado da saúde (como a *The Bill and Melinda Gates Foundation*) têm apoiado estas parcerias (Thadani, 2014).

Neste sentido, em maio de 2020, pela complexidade, consequências e alarme gerados pela Covid-19, diversos investigadores (incluindo Anthony Fauci, Diretor do *National*



Institute of Allergy and Infectious Diseases e Conselheiro da Presidência nos EUA) alertavam para a necessidade de colaboração entre as companhias biotecnológicas e farmacêuticas, os governos e academias (Corey et al., 2020). Assim, os recursos públicos, privados e filantrópicos precisavam de uma estratégia concertada para o desenvolvimento das vacinas para a Covid-19, tomando como exemplo a PPP criada nos EUA - a *ACTIV (Accelerating Covid-19 Therapeutic Interventions and Vaccines)*.

Por outro lado, diversos autores e investigadores consideram que as PPP em Saúde, a par dos potenciais benefícios, comportam diversos riscos, nomeadamente: conflitos de interesses; influencia excessiva de grandes corporações na definição de políticas; ausência de *accountability*; distorção de prioridades sanitárias com agências e governos ou ainda doações inapropriadas a países sem infraestruturas para armazenamento e distribuição (McKee & Galea, 2014).

Se as PPP em Saúde podem aumentar a eficiência de entrega e melhorar a gestão orçamental do sector público, em contextos negociais de incerteza, podem-se revelar dispendiosas, se por exemplo os seus projetos forem muito exigentes ou sofisticados, se a contratualização estiver incompleta (Buso et al., 2021) ou ainda caso a parte privada possua maior poder negocial - o que geralmente se reflete em taxas altas de retorno financeiro em detrimento da eficiência do projeto - pelo que o equilíbrio entre partes torna-se necessário.

Paralelamente a estas questões suscitadas em relação às PPP em Saúde, surgem igualmente reticências sobre este modelo na relação que gera entre academias e a indústria farmacêutica. Se por um lado, a pandemia Covid-19 poderia ser uma oportunidade para uma colaboração entre a academia e esta indústria - cruzando-se os objetivos de promoção de saúde humana com o interesse de comercialização de terapias comercialmente rentáveis - poderia também verificar-se uma sobreposição dos interesses próprios da indústria farmacêutica (Lexchin, 2020).

Neste contexto, o predomínio dos interesses da indústria verificou-se, por exemplo, quando a Universidade de Oxford após anunciar que doaria os seus direitos numa vacina para a Covid-19 a quem precisasse, acabou por realizar uma contratualização com a farmacêutica *AstraZeneca*, que lhe garantia os direitos de marketing mas sem qualquer garantia de preços acessíveis durante a pandemia, apenas reservando Oxford os *royalties* sobre as patentes no fim da pandemia (Reuters, 2020). Segundo o epidemiologista de Escola Médica de Harvard, Ameet Sarpatwari, "são negócios como de costume, onde os fabricantes obtêm direitos exclusivos e esperamos, com base no sentimento público, que eles precifiquem os seus produtos com responsabilidade" (como citado em Lexchin, 2020).

As várias tipologias de PPP em Saúde carecem do acautelamento de diversos vieses eventuais, por exemplo através de financiamento público com condução independente e na análise de pesquisa ou pela definição clara por governos e outros financiadores das suas prioridades de pesquisa, não confiando apenas na indústria farmacêutica (Lexchin, 2020). O financiamento público deve exigir que quaisquer terapias eventuais sejam disponibilizadas a preços acessíveis a países de baixos e médios rendimentos, considerando seriamente o financiamento de parcerias para o desenvolvimento de produtos que possam ser sensíveis ao reaproveitamento de medicamentos mais antigos ou genéricos de baixo custo.



Nestes termos, a formação de PPP em matérias de Saúde, concretiza-se sob um conjunto de eventuais oportunidades que concorrem em paralelo com diversos riscos. Assim, a opção da UE de aquisição de vacinas para a Covid-19, através de procuração conjunta, sob modelo de PPP, em que a UE realizava o financiamento e a indústria farmacêutica se encarregava da investigação e produção, importava, entre outros aspetos, a transparência negocial, uma correspondência sinalagmática entre direitos e deveres entre as partes e uma sobreposição negocial clara do interesse público fundamental em causa.

Os primeiros movimentos entre Washington e a UE

Em 2 de março de 2020, o Presidente dos EUA, Donald Trump, recebia Daniel Menichella, CEO da farmacêutica alemã *Curevac*, manifestando-lhe a intenção de adquirir o potencial científico que esta empresa produzia com o objetivo de uma vacina para a Covid-19 (Wheaton & Deutsh, 2020). A divulgação deste encontro e das intenções de Trump, alarmaram a UE e von der Leyen, avisava sobre a *Curevac* que “a sua casa é aqui [na Europa]” (Comissão Europeia, 2020c). Simultaneamente, a administração Trump desencadeava a denominada *Operation Warp Speed*, através da *Biomedical Advanced Research and Development Authority*, alocando cerca de 18 mil milhões de dólares para o desenvolvimento de uma vacina (Baker & Koons, 2020). Outros países como a China, Reino Unido, Rússia e Cuba também anunciavam o desenvolvimento das suas próprias vacinas.

Perante este cenário internacional, denominado de “corrida às vacinas”, vários Estados-membros da UE, não esperaram pela ação das instituições comunitárias para o desenvolvimento de estratégias próprias. A França e a Alemanha iniciaram negociações com a farmacêutica *Moderna*, juntando-se-lhes posteriormente a Itália e a Holanda, formando a *Inclusive Vaccine Alliance*. No início de junho de 2020, este grupo anunciava já um acordo de encomenda de 300 milhões de vacinas com a farmacêutica *AstraZeneca* (Dellana, 2020).

Apenas um dia antes do anúncio do acordo entre a *Inclusive Vaccine Alliance* e a *AstraZeneca*, os ministros da saúde da UE davam o seu apoio à Comissão Europeia para a compra de vacinas, disponibilizando mais de 2 mil milhões de euros (Martuscelli & Deutsh, 2020). Mas um desconforto com o acordo da *Inclusive Vaccine Alliance* já existia, segundo a ministra da saúde belga, Maggie De Block, esse acordo era “irrazoável” e “enfraquece toda a gente: tanto a iniciativa da Comissão como a vossa própria posição” (Deutsh, 2020). Nestes termos, a UE aparentava-se dividida e as suas instituições meramente reativas. Mas brevemente a UE apresentaria a sua própria estratégia.

A apresentação da estratégia da UE, objetivos, pilares, e as primeiras dúvidas

Em 17 de junho 2020, a Comissão Europeia anunciou a sua estratégia em relação à aquisição de vacinas, estabelecendo quatro objetivos prioritários: assegurar a qualidade, segurança e eficácia das vacinas; assegurar a sua acessibilidade em tempo útil aos Estados-Membros e à sua população, liderando simultaneamente o esforço global de



solidariedade; obter um acesso equitativo e acessível assim que possível; e por último, garantir o avanço dos preparativos para a distribuição da vacina, incluindo o seu transporte e a identificação de grupos prioritários. A estratégia da UE assentava em dois pilares: garantir a produção de vacinas na UE e o abastecimento dos Estados-membros e a adaptação e flexibilização do sistema regulatório à emergência (Comissão Europeia, 2020d). Com este anúncio, a *Inclusive Vaccine Alliance* perdia sentido, passando a Comissão Europeia a liderar o processo de produção e aquisição de vacinas na UE.

A UE anunciava a intenção de acordar com as farmacêuticas, o direito à compra de vacinas, através do adiantamento de 2,7 mil milhões de euros, financiados através do Instrumento de Apoio de Emergência, aos quais poderiam acrescer empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI). Sendo gerida pela Comissão a contratualização final das vacinas, em nome de todos os Estados-membros, como se previra na anterior reunião de ministros da saúde, com o objetivo de conseguir “as melhores condições possíveis” (Comissão Europeia, 2020d), especificamente em matérias como os pagamentos previstos (montantes, calendário e estrutura financeira), as modalidades de entrega, entre outros condicionalismos não discriminados.

A Comissão Europeia liderava o processo, assumindo que o quadro de negociações com as farmacêuticas constituía uma “apólice de seguro transferindo alguns dos riscos da indústria para as autoridades públicas, em troca de garantir aos Estados-membros um acesso equitativo e a preços acessíveis”. Entre os critérios de financiamento encontravam-se, entre outros, o rigor da abordagem científica, a rapidez da entrega ou o custo, sendo o financiamento concedido “um adiantamento sobre as vacinas que serão efetivamente compradas” (Comissão Europeia, 2020d).

Sensivelmente um mês depois, em julho de 2021, a Comissão Europeia, precisaria a sua solidariedade anunciando a intenção de partilhar mais de 200 milhões de vacinas com os países de médios e baixos rendimentos, principalmente através da COVAX, além de um apoio à produção de vacinas em África, orçamentado em mil milhões de euros (Comissão Europeia, 2020e).

Pelo outro lado negocial, a indústria farmacêutica sempre preferiu uma relação negocial direta entre as empresas e os Estados (e não com representações de conjuntos de Estados), como confirma, a divulgação da chamada telefónica entre os Comissários europeus da saúde e para o mercado interno, Stella Kyriakides e Thierry Breton respetivamente, com a *European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations* (EFPIA), de 9 de abril de 2020, sobre o fornecimento de equipamentos e medicamentos para a Covid-19. Nesta chamada, a EFPIA alegava que: “gostava de continuar a fornecer novos tratamentos através dos canais habituais e não por procuração conjunta” (Corporate Europe, 2020). Contudo, após o anúncio do plano de aquisição de vacinas da UE, a plataforma *Vaccines Europe* (que inclui as farmacêuticas *AstraZeneca*, *CureVac*, *GSK*, *Sanofi Pasteur* e *Janssen*) distanciava-se da posição da EFPIA, aceitando agora uma negociação por procuração conjunta, segundo a *Vaccines Europe*: “nós apoiamos acordos específicos de aquisição antecipada para desafios extraordinários de saúde pública” (Vaccines Europe, 2020)

Pela parte da UE, a negociação com a indústria farmacêutica foi entregue a uma Equipa Conjunta de Negociação, composta por sete negociadores, nomeados pelos governos de Espanha, França, Suécia, Alemanha, Holanda, Itália e Polónia. Por opção da UE, os



critérios de seleção e a identidade dos seus negociadores foram reservados – logo suscitando interrogações de deputados do Parlamento Europeu sobre a sua identidade.

No entanto, entre os sete negociadores selecionados, tornou-se conhecida identidade do sueco Richard Bergström. Segundo este, “Eu não vejo necessidade neste sigilo (...) Porque o meu governo pensa que não pode ser segredo que estou a fazer este trabalho” (Peigné, 2021). Esta abertura registou-se após a divulgação da sua identidade, em Agosto de 2020, pelo jornal belga *Het Laatste Nieuws*. Bergström que apresenta no seu currículo profissional relações com diversas empresas do sector farmacêutico, nomeadamente a *Hölzle, Buri & Partner Consulting* e a *PharmaCCX*, e que em vídeo disponível na rede social *Youtube* se apresentou como “porta-voz e principal lobista da Pharma [CCX] em Bruxelas” (Peigné, 2021).

Agravando este quadro de suspeição, em agosto de 2020, o jornal inglês *Financial Times* divulgou o conteúdo de um memorando da plataforma *Vaccines Europe* que defendia um “sistema de compensação abrangente sem culpa e não contraditório, e uma isenção de responsabilidade civil” em relação às suas vacinas para a Covid-19 (Peel & Mancini, 2020). Adensando-se dúvidas sobre se uma previsão desta natureza estaria presente na negociação entre a indústria farmacêutica e a UE. Perante a possibilidade desta exceção sobre as responsabilidades das farmacêuticas, Yannis Natsis, da Aliança Europeia para a Saúde Pública, considerou que seria “um grave precedente” que “minaria a confiança das pessoas nas vacinas” e alertado ainda que “os governos precisam de resistir à pressão das farmacêuticas e ser transparentes” (Corporate Europe, 2020b).

Quanto vale uma vacina?

Recuando até 2009, durante a pandemia causada pelo vírus *Influenza*, verificara-se uma disputa entre os Estados-membros da UE pela obtenção de vacinas para esse vírus. Nesse contexto, os Estados-membros, nas suas negociações com as farmacêuticas sujeitaram-se a termos contratuais considerados desfavoráveis, em relação aos preços, à confiança e disponibilização das vacinas. A partir dessa experiência, e procurando melhores condições contratuais e evitar disputas em casos futuros, em abril 2014, a Comissão Europeia formalizou um Acordo de Contratação Conjunta. No mesmo sentido, também a OMS lançou a iniciativa *Market Information for Access to Vaccines*, que procurava tornar públicas as negociações e os termos contratuais nas relações entre farmacêuticas e Estados, permitindo através desta visibilidade combater eventuais opacidades e discricionariedades com vantagem para a indústria farmacêutica.

A transparência das negociações entre Estados e farmacêuticas, ainda em contexto pré-pandémico, era uma necessidade não só de salvaguarda dos países de menores rendimentos, mas também dos riscos de corrupção, preocupações que se prolongavam no contexto da pandemia Covid-19, como recebeu publicamente António Guterres, Secretário-Geral da ONU.

O modelo de negociação seguido pela UE, com os elementos de opacidade descritos, adensou interrogações e suspeitas entre responsáveis políticos e institucionais, incluindo da sociedade civil, receando que esse modelo fosse causa e consequência de cedência comercial à indústria farmacêutica. Nesse sentido, por exemplo, cinco deputados no Parlamento Europeu iniciaram um processo no Tribunal de Justiça Europeu, para obterem



um “acesso transparente aos contratos” - após meses de correspondência trocada com a Comissão, em que esta se recusou a providenciar ao seu acesso - nomeadamente, sobre as quantidades, preços, custos de pesquisa e de desenvolvimento das vacinas e a identificação de negociadores. Segundo, Dolors Montserrat, deputada espanhola do Partido Popular Europeu: “o público deve receber mais informações; isto aumentará a sua confiança nas vacinas e no investimento da UE” (Peseckyte, 2021).

Ainda assim, para a comissária europeia da saúde, Stella Kyriakides, o secretismo das negociações entre a UE e as farmacêuticas justificava-se “devido à natureza altamente competitiva deste mercado global, a Comissão não está legalmente habilitada para disponibilizar a informação contida nos contratos” (Comissão Europeia, 2020f).

Entretanto as negociações entre a UE e as diversas farmacêuticas pareciam arrastar-se (o caráter institucional *sui generis* da UE pode ter contribuído nesta dificuldade), enquanto outros países do “Norte Global” (Canadá, Reino Unido e os EUA) concluíam de forma comparativamente rápida as suas negociações, pelo que a CEO da *Moderna*, Stéphane Bancel, avisava que o prolongamento da negociação com a UE sobre o preço das vacinas poderia consequentemente atrasar as entregas (France 24, 2020).

Apesar da opacidade, em dezembro de 2020, e após um extravio de documentos relacionados com as negociações com a *Pfizer/BioNTech*, por ciber-ataque à Agência Europeia de Medicamentos (EMA), a secretária de Estado do Orçamento da Bélgica Eva De Bleeker, publicou na rede social *twitter*, os alegados preços de todas as vacinas Covid-19 que a UE teria negociado, nomeadamente o seu preço por dose (Bossart, 2020). Entre fugas de informação e a ligação entre dados que se tornavam públicos, consolidava-se a ideia de que a UE estaria a pagar menos que outros países pelas vacinas. Os dados indiciavam que a UE pagaria cerca de 2 dólares pelas vacinas da *AstraZeneca*, ao passo que os EUA pagavam 4 pelas mesmas, enquanto pelas vacinas da *Pfizer* os EUA pagariam 20 dólares e a Europa menos de 15 (Wheaton & Deutsh, 2020).

A opacidade do processo negocial, com as suspeitas que se geraram, num contexto de crise pandémica e de ansiedade em largas franjas da população, naturalmente criou espaço político para diversas reações e expressões de confronto entre instituições. Como no caso do Primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, que não só responsabilizaria a Comissão Europeia pelos sucessivos atrasos, como se somou às vozes que, e embaraçando a Comissão Europeia, exigiam a divulgação dos contratos: “Os burocratas de Bruxelas falharam, pois assinaram contratos cujos detalhes não podem ser publicados sem o consentimento da outra parte” (Lusa, 2021b).

O início do processo de vacinação

A 21 de dezembro de 2020, com a autorização da primeira vacina na UE, da *Pfizer/BioNTech*, von der Leyen considerou o momento como “uma verdadeira história de sucesso europeia” (Comissão Europeia, 2020g). Ainda que, por comparação com outros países do “Norte Global”, a UE estivesse novamente atrasada.

No momento das declarações de von der Leyen, diversos Estados-membros da UE revelavam assimetrias políticas e organizativas nos respetivos planos de vacinação nacionais. A Dinamarca anunciava que o seu plano não esperaria pelos outros Estados-membros, os Países Baixos declaravam-se atrasados por motivos técnicos e a Hungria



não possuía ainda sequer um plano nacional. Outros países como a Alemanha, a Eslováquia ou a Hungria começaram a sua vacinação a 26 de dezembro, ao arremesso da proposta da Comissão Europeia, de início simultâneo a 27 de dezembro.

Em janeiro de 2021, com o início dos processos de vacinação, as exigências da indústria pareciam aumentar. A *Pfizer* e a *Moderna* com novos contratos, no sentido do reforço das doses encomendadas e de resposta às necessidades do seu modelo de dupla dosagem, encareciam o custo por dose (Arreigoso, 2021), enquanto outros produtores de vacinas já beneficiavam de apoios junto do BEI através das garantias concedidas pela UE - por via destes instrumentos financeiros, só a *BioNTech* já beneficiava de um acordo de 100 milhões de euros (Comissão Europeia, 2020h).

Após diversas pressões e acusações, no final de janeiro 2021, a UE apresentou publicamente uma versão do seu contrato com a *AstraZeneca*, no entanto, este estava rasurado em vários pontos-chave (Comissão Europeia, 2021a) - a UE faria o mesmo, meses depois, com o contrato com a *CureVac*, novamente rasurando partes (Comissão Europeia, 2021b).

Ainda assim, alguns interessados, usando ferramentas informáticas, terão ultrapassado as rasuras no contrato com a *AstraZeneca*. Alegadamente, aí estava disposto que UE pagava à *AstraZeneca* cerca de 870 milhões de euros, dos quais 336 milhões, logo cinco dias após a sua assinatura, e suportando ainda os Estados-membros, os custos com transporte, embalagem, distribuição e provavelmente ainda por cada dose recebida. Dias depois a cadeia televisiva italiana *RAI* confirmaria estas informações (Reuters, 2021).

Segundo o contrato com a *AstraZeneca*, qualquer atraso da UE nos pagamentos poderia acarretar o pagamento de juros e a interrupção das cadeias de entrega. Existindo ainda, outras cláusulas aparentemente pouco abonatórias da capacidade negocial dos representantes da UE, nomeadamente no recorrente uso de termos imprecisos, protegendo as posições da *AstraZeneca*. Segundo o advogado britânico Clive Douglas: "em troca da participação nas despesas para o desenvolvimento de vacinas e das condições favoráveis oferecidas às empresas, a UE devia ter reservado o direito de negociar ao longo [da vigência] do contrato (...) por forma a acordar as quantidades precisas e datas de entrega, relacionando-as com penalizações e reduções de preço por incumprimento" (Valentino, 2021).

Outra opção duvidosa apontada à equipa negocial da UE foi a aceitação da divisão dos períodos de entrega de vacinas, entre meses e trimestres. Segundo Guido Rasi, antigo diretor da EMA: "seguramente as entregas trimestrais não facilitam a campanha de vacinação" (Valentino, 2021). De acordo com Rasi, seria preferível um fluxo contínuo de entregas, agilizando o seu armazenamento e uma melhor gestão dos stocks pelas autoridades nacionais, e não uma cronologia de distribuição tendencialmente protetora de penalizações por atrasos.

Ainda a partir do interior da UE chegavam notícias sobre a disputa, entre países potencialmente produtores de vacinas, sobre os investimentos comunitários. Surgiam acusações mútuas entre responsáveis políticos de França e Alemanha, envolvendo as negociações da Comissão Europeia. A Alemanha acusava a Comissão Europeia de preferir a aquisição de vacinas junto da francesa *Sanofi* em vez da alemã *BioNTech* (Atkins, 2021). Simultaneamente, notícias de que a Alemanha estaria a adquirir paralelamente



dezenas de milhões de vacinas da *CureVac* e da *BioNTech*, (Deutsh et al., 2021) originavam conversações entre o Presidente francês Emmanuel Macron e a Chanceler alemã Angela Merkel, com a Chanceler a convencer Macron que tal não sucederia. Isto quando já se sabia que negociações paralelas entre a Alemanha e as farmacêuticas já se tinham realizado, em setembro de 2020, e das quais resultara um “memorando de entendimento”, cuja execução alegadamente teria sido adiada posteriormente às entregas para a UE (Siza, 2021).

Um processo de distribuição e vacinação entre dificuldades

O início do ano de 2021 e a distribuição de vacinas pelos Estados-membros verificou a acumulação atrasos nas entregas de vacinas, como no caso da *Pfizer*, com quem a UE assinara um contrato de 300 milhões de doses em dezembro anterior - valor que duplicaria para 600 milhões de doses. Diversos países denunciaram também a redução das encomendas entregues, enquanto reformulavam os seus planos de vacinação e procuravam sustentar as suas opiniões públicas nacionais (BBC, 2021).

Os atrasos mais polémicos, ainda assim, registavam-se com a *AstraZeneca*, por alegadas quebras de produção nas suas instalações na Bélgica e Países Baixos, defendendo-se a farmacêutica com o atraso na elaboração da contratação com a UE. Mas igualmente a vacina da *Moderna*, polemizava-se com a desistência de diversos Estados-membros da sua aquisição, devido aos atrasos previstos nas entregas (Deutsh & Bayer, 2021),

Markus Söder, Presidente do Governo regional da Baviera (Alemanha), acusava a Comissão Europeia de “encomendar tarde demais e ter apostado apenas em algumas empresas, acordando o preço num procedimento tipicamente burocrático da UE e subestimando completamente a importância fundamental da situação” (BBC, 2021b).

Perante esta sucessão de acontecimentos, a UE atrasava o ritmo de vacinação da população (OCDE, 2021) e von der Leyen assumia: “fomos tardios na autorização. Nós fomos demasiado otimistas quanto à produção em massa e talvez demasiado confiantes que o que encomendámos seria entregue atempadamente” (BBC, 2021c), reconhecendo também, dias depois, que “subestimámos a falta de capacidade de produção em massa, de uma produção rápida por parte das empresas farmacêuticas” (Lusa, 2021). Ainda que, meses antes, os responsáveis das grandes farmacêuticas já tivessem avisado da impossibilidade dos seus próprios meios produzirem atempadamente as quantidades de vacinas necessárias (France 24, 2020).

As sucessivas notícias de atrasos nas encomendas agravavam os sinais de fragmentação política na UE e as acusações entre responsáveis políticos nacionais. Vários Estados-membros tomaram posições unilaterais, procurando aumentar as suas vacinas disponíveis, ultrapassando os compromissos assumidos na UE, os procedimentos da EMA e outras barreiras políticas. A Hungria adquiria vacinas da chinesa *Sinopharm* ou da russa *Sputnik V* - por praticamente metade do preço que, alegadamente, a UE pagara pela vacina da *Pfizer* -, a Eslováquia também adquiria vacinas *Sputnik V*, enquanto República Checa e Áustria ponderavam fazer o mesmo e a Polónia encetava negociações com a China (Deutsh & Herzenhorn, 2021). Opções unilaterais fora do plano europeu e que encontravam oposição de outros países, como manifestou o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva.



Entretanto, o Chanceler austríaco, Sebastain Kurz, acusava a existência de desequilíbrios na distribuição de vacinas e a existência de contratos secretos entre Estados-membros e as farmacêuticas, segundo Kurz: “Malta por exemplo, terá três vezes mais doses *per capita* que a Bulgária até ao final de Junho [de 2021]”. Ainda segundo Kurz, a partilha destas informações com outros líderes, nomeadamente da Bélgica, da Grécia e da Polónia tê-los-ia deixado “incrédulos” (Gehrke, 2021).

Além dos desafios logísticos e éticos relacionados com a distribuição de vacinas, nos Estados-membros, os ritmos de vacinação distinguiram-se entre países. Ao longo de 2021, com o aumento de disponibilização de vacinas, o desenvolvimento e execução dos planos nacionais de vacinação, a adesão à vacinação entre as populações dos Estados-membros também variou consoante a severidade das vagas pandémicas e os receios sobre a segurança das vacinas (entre teorias de conspiração e outros elementos de perturbação). Mas outros fatores políticos influenciaram ainda essa adesão, nomeadamente a confiança das populações nos respetivos governos, a influência eleitoral de partidos denominados populistas, ou ainda a igualdade de acesso entre a população, particularmente entre os setores mais marginalizados.

Conclusão

A contratação de vacinas entre a UE e a indústria farmacêutica assegurou-lhe um total de 2,9 mil milhões de vacinas, segundo o seu negociador Richard Bergström: “Mesmo se tivermos que revacinar as pessoas após um ou dois anos, devido ao desgaste da imunidade ou a variantes do vírus, ainda haverá um sobreinvestimento significativo” (Usher, 2021). Mas no início de 2021, entre atrasos de distribuição e quebras no fornecimento, as dúvidas em relação à eficácia da estratégia de aquisição de vacinas da UE e da própria qualidade de algumas vacinas contratadas adensaram-se, surgindo acusações de opacidade negocial, incúria na contratação e de favoritismo na sua distribuição, com o retorno a expressões de unilateralismo pelos Estados-membros.

A capacidade de cooperação política no seio da UE, neste contexto de emergência sanitária, e testada através do modelo de procura conjunta para aquisição de vacinas, ficou aquém das expectativas criadas pelas declarações iniciais dos seus responsáveis. Assim, permanecerão dúvidas sobre a possibilidade de exportação futura deste modelo para outras áreas sensíveis das relações entre Estados-membros. Tal como em momentos anteriores, verificou-se diversa sintomatologia de crise política e de desencontro entre Estados-membros, e até de desconfiança no processo de integração europeu e nas suas instituições (Hooghe & Marks, 2019),

No plano global, ao longo de 2021, a produção global de vacinas aumentou substancialmente, no entanto, as vacinas disponíveis destinavam-se principalmente aos países com rendimentos mais altos. Segundo o Diretor-Geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, o mundo encaminhava-se para um “catastrófico falhanço moral” (Nações Unidas, 2021). Apesar do compromisso anunciado de 200 milhões de vacinas doadas ao até ao final de 2021, em Setembro, as doações da UE ainda rondavam apenas as 18 milhões (Chadwick & Ravelo, 2021), na sua maioria da *AstraZeneca*, cuja administração tinha sido limitada ou condicionada na maioria dos Estados-membros (Guarascio, 2021), e realizada sob pressão de diversos países para uma partilha prioritária com países fronteiriços da UE, como a Ucrânia, a Arménia ou a Geórgia (Usher, 2021). Não obstante,



e fora do quadro de solidariedade assumido pela UE, diversos Estados-membros partilharam unilateralmente as suas vacinas disponíveis com outros, nomeadamente de África.

A imagem e o prestígio da UE não saíram internacionalmente favorecidas neste processo, segundo o Presidente da organização Médicos Sem Fronteiras, Christos Christou, a UE “gosta de se apresentar como uma campeã da igualdade de vacinas (...), mas a lacuna entre essas belas palavras e as suas ações é constrangedoramente grande”. Acusando ainda a UE de continuar a “bloquear iniciativas para ajudar outros países a produzir suas próprias vacinas e terapêuticas e não partilhando as doses de vacina prometidas a tempo” (MSF, 2021).

Após as dificuldades de coordenação na UE, demonstradas ao longo da crise sanitária no primeiro trimestre de 2020, o sucesso da estratégia de aquisição de vacinas para a pandemia Covid-19 poderia ser uma oportunidade de validação e de reafirmação do seu papel no mundo e até de constituir um alicerce para uma denominada União Europeia em Saúde. Mas a estratégia de aquisição de vacinas seguida pela UE, fundada na opção de contratação com um conjunto de farmacêuticas, em modelo PPP, revelou diversas dificuldades no seu percurso, especialmente no primeiro trimestre de 2021 com diversas dificuldades na distribuição das vacinas contratadas, concretizando alguns riscos já identificados no modelo das Parcerias Público-Privadas.

Referências

- Adkins, W. (2021) “France denies allegations it pressured EU to buy French vaccines over German”. *Politico*. 05.01.2021. Disponível em <https://www.politico.eu/article/france-puts-down-vaccine-favouritism-allegations/>
- AFP. (2021). WHO chief slams 'vaccine diplomacy' in Covid fight, The Times of India. http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/82542370.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst
- Almeida, M. (2021). “Covid-19. Santos Silva: comprar vacinas não autorizadas pela EMA seria “trair decisão” europeia”. *Expresso*. 03.03.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/coronavirus/2021-03-03-Covid-19.-Santos-Silva-comprar-vacinas-nao-autorizadas-pela-EMA-seria-trair-decisao-europeia>
- Arreigoso.V. L. (2021) “Covid-19. Farmacêuticas aumentam preço das vacinas”. *Expresso*. 10.01.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2021-01-10-Covid-19.-Farmaceuticas-aumentam-preco-das-vacinas>
- BBC. (2021) “Coronavirus vaccine delays halt Pfizer jabs in parts of Europe”. *BBC*. 22.01.2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-55765556>
- BBC. (2021b). “Coronavirus: WHO criticizes EU over vaccine export controls”. *BBC*. 30.01.2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-55860540>
- BBC. (2021c) “Covid: EU’s von der Leyen admits vaccine rollout failures”. *BBC*. 10.02.2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-56009251>
- Baker S. & Koons, C. “Inside Operation Warp Speed’s \$18 Billion Sprint for a vaccine”. *Bloomberg*. 29.10.2020. Disponível em:



<https://www.bloomberg.com/news/features/2020-10-29/inside-operation-warp-speed-s-18-billion-sprint-for-a-vaccine>

Bossaert, J.(2020) "Zoveel gaan we betalen voor de coronavaccins: staatssecretaris zet confidentiele prijzen per ongeluk online". *HLN Nieuws*. Disponível em: <https://www.hln.be/binnenland/zoveel-gaan-we-betalen-voor-de-coronavaccins-staatssecretaris-zet-confidentiele-prijzen-per-ongeluk-online~a3dceef4/>

Buso, M., Moretto, M. & Zormpas, D. (2021). Excess returns in Public-Private Partnerships: Do governments pay too much?. *Economic Modelling*. Volume 102. September 2021, 105586. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2021.105586>

Chadwick, V. & Ravelo J. L. (2021). The EU promised 200M vaccine doses. How many has it delivered?. *Devex*. Disponível em: <https://www.devex.com/news/the-eu-promised-200m-vaccine-doses-how-many-has-it-delivered-101551>

Comissão Europeia. (2020a). *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary on the European coordinated response to the COVID-19 outbreak*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_20_532

Comissão Europeia. (2020b). *Speech by President von der Leyen at the World Health Organizations's Assembly*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_20_916

Comissão Europeia, (2020c) *Coronavirus: Commission offers financing to innovative vaccines company CureVac*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_20_474

Comissão Europeia. (2020d). *Estratégia da EU em matéria de vacinas*. Disponível em https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/public-health/coronavirus-vaccines-strategy_en#eu-vaccines-strategy

Comissão Europeia. (2020e). *Vacinar o mundo: Até ao final de 2021 «Equipa Europa» irá partilhar mais de 200 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 com países de baixo e médio rendimento*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_3845

Comissão Europeia. (2020f). *Statement by Commissioner Kyriakides to the Plenary of the European Parliament on the Transparency of the Purchase as well as the Access to COVID-19 vaccinations*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2019-2024/kyriakides/announcements/statement-commissioner-kyriakides-plenary-european-parliament-transparency-purchase-well-access_en

Comissão Europeia. (2020g). *Statement by President von der Leyen on the Marketing authorisation of the BioNTech-Pfizer vaccine against COVID-19*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_20_2510

Comissão Europeia. (2021h). *Investment Plan for Europe: European Investment Bank to provide BioNTech with up to €100 million in debt financing for COVID-19 vaccine development and manufacturing*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_20_1034



- Comissão Europeia. (2021a) *Vaccines: contract between European Commission and AstraZeneca now published.* Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_302
- Conselho Europeu (2020b). *A recovery plan for Europe.* Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-recovery-plan/>
- Comissão Europeia. (2021) *Vaccines: contract between European Commission and AstraZeneca now published.* Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_302
- Comissão Europeia. (2021b). *Advance Purchase Agreement ("APA") for the development, production, advance purchase and supply of a COVID-19 vaccine for the EU Member States.* Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/curevac_-_redacted_advance_purchase_agreement_0.pdf
- Corey, L., Mascola, J., R., Fauci, A., S. & Collins, F. (2020) A strategic approach to Covid-19 vaccine R&D. *Science.* Vol 368, 6494, 948-950. <https://doi.org/10.1126/science.abc5312>
- Corporate Europe. (2020). Call with Commissioners Kyriakides and Breton and pharmaceutical and medical device industry. Disponível em: https://corporateeurope.org/sites/default/files/2020-09/04_%20Ares%282020%292252324_Call%20with%20Commissioners%20%26%20med%20dev%20ind%209_04_2020-1.pdf
- Corporate Europe Observatory. (2020b). *Power and profit during a pandemic.* Disponível em: <https://corporateeurope.org/en/2020/09/power-and-profit-during-pandemic>
- Dellanna, A. (2020). "Coronavirus vaccine: Europe's inclusive Vaccines Alliance strikes giant agreement with AstraZeneca". *Euronews.* 13.06.2020. Disponível em: <https://www.euronews.com/2020/06/13/coronavirus-vaccine-europe-s-inclusive-vaccines-alliance-strikes-giant-agreement-with-astr>
- Deutsh, J. (2020). "Vaccine alliance casts shadow over Commission's new strategy". *Politico.* 16.06.2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/vaccine-alliance-casts-shadow-over-commissions-new-strategy/>, último acesso abril 2021
- Deutsh, J., Furlong, A., Burchard H, V. & Martuscelli C. (2021). "Thanks to deep pockets, Germany snaps up extra coronavirus jabs". *Politico.* 07.01.2021. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/germany-buys-extra-coronavirus-vaccine-doses-from-eu-countries/>
- Deutsh J. & Bayer, L. (2021). "16 EU countries opted against Moderna vaccine top-up: Hungarian government". *Politico.* 07.03.2021. Disponível em: https://www.politico.eu/article/eu-countries-moderna-coronavirus-vaccine-order/?utm_term=Autofeed&utm_medium=Social&utm_source=Twitter#Echobox=1615746977
- Deutsh, J. & Herzenhorn, D. M. (2021) "EU countries look abroad for vaccines as doubts in Brussels grow". *Politico.* 02.03.2021. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/brussels-doubts-eu-countries-capitals-look-abroad-russia-china-coronavirus-vaccines/>



- France 24. (2020). "Moderna CEO says Europe's delayed vaccine contract will slow delivery". *France 24*. 17.11.2020. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20201117-moderna-ceo-says-europe-s-delayed-vaccine-contract-will-slow-delivery>
- Gehrke, L. (2021) "Austria's Kurz: Coronavirus vaccines not shared fairly around EU". *Politico*. 12.03.2021. Disponível em: https://www.politico.eu/article/coronavirus-vaccines-europe-austria-sebastian-kurz-not-shared-fairly/?utm_medium=Social&utm_source=Twitter#Echobox=1615639352
- Guarascio, F. (2021). "EU has shipped tiny percentage of planned COVID-19 shots donations – document." *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/eu-has-shipped-tiny-percentage-planned-covid-19-shot-donations-document-2021-07-22/>
- Hooghe L. & Marks, G. (2019). "Grand theories of European integration in the twenty-first century", *Journal of European Public Policy*, 26 no.8: 1113–1133. <https://doi.org/10.1080/13501763.2019.1569711>
- Lexchin, J. (2021) Are academia–pharma partnerships essential for novel drug discovery in the time of the COVID-19 pandemic?, *Expert Opinion on Drug Discovery*, 16:5, 475-479, DOI: 10.1080/17460441.2021.1858794
- Lusa. (2021). "Subestimámos a falta de capacidade de produção de vacinas", admite von der Leyen". *Expresso*. 12.02.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/coronavirus/2021-02-12-Subestimamos-a-falta-de-capacidade-de-producao-de-vacinas-admite-Von-der-Leyen>
- Lusa. (2021b) "COVID-19: Orbán quer que Bruxelas divulgue os contratos de compra de vacinas". *TVI 24*. 14.03.2021. Disponível em: https://tvi24.iol.pt/internacional/viktor-orban/covid-19-orban-quer-que-bruxelas-divulgue-os-contratos-de-compra-de-vacinas?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=ed-tvi24
- Martuscelli, C. & Deutsh, J. (2020) "EU countries welcome Commission health plans – but keep an eye on Brussels' power". *Politico*. 12.06.2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/eu-countries-ok-commission-health-plans-but-keep-an-eye-on-brussels-power-coronavirus/>
- McKee, M. & Galea, G. (2014) Public-private partnerships with large corporations: setting the ground rules for better health, *Health Policy*, Volume 115, issues 2-3, April 2014, 138-140 <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2014.02.003>
- Nações Unidas. (2021) *WHO Chief Warns Against 'catastrophic moral failure' in Covid-19 Vaccine Access*. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/01/1082362>
- OCDE. (2021). *Access to Covid-19 vaccines: global approaches in a global crisis*. 18-03-2021 Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/access-to-covid-19-vaccines-global-approaches-in-a-global-crisis-c6a18370/>
- Organização Mundial de Saúde. (2020). *WHO SAGE values framework for the allocation and prioritization of covid-19 vaccination*. 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/334299>



- Peel, M. & Mancini D. P. (2020). . "Covid-19 vaccine makers lobby EU for legal protection". *The Irish Times*. 26.08.2020. <https://www.irishtimes.com/business/health-pharma/covid-19-vaccine-makers-lobby-eu-for-legal-protection-1.4339157>
- Peigné, M. (2021). *EU vaccine negotiators: who are the secrete names dealing with pharma?*. Disponível em: <https://www.investigate-europe.eu/en/2021/eu-vaccine-negotiators-who-are-the-secret-names-dealing-with-pharma/>
- Pesekyte, G. (2021). "MEPs Vs Commission in court over vaccine contracts". *Euractiv*. 29.10.2021. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/coronavirus/news/meps-vs-commission-in-court-over-vaccine-contracts/>
- Reuters. (2020) F"actbox: AstraZeneca's potential coronavirus vaccine". *Reuters*. 23.03.2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-astrazeneca-factbo/factbox-astrazenecas-potential-coronavirus-vaccine-idUSKBN25L10H>
- Reuters. (2021). "EU agreed to pay 870 million euros for supply of AstraZeneca vaccines by June, contract shows". *Reuters*. 10.02.2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-eu-astrazeneca-idUSKBN2AJ21H>
- Siza, R. (2021) "Alemanha abala confiança em torno do processo de compra de vacinas na UE". *Publico*. 08.01.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/08/mundo/noticia/alemanha-abala-confianca-torno-processo-compra-vacinas-ue-1945597>
- Tavilani, L., Abbasi, E., Kian A., F., Darini, A. & Asefy, Z. (2021). COVID-19 vaccines: Current evidence and considerations. *Metabolism Open*, Volume 12, 2021, 100124, <https://doi.org/10.1016/j.metop.2021.100124>
- Thadani, K. B. (2014) Public Private Partnerships in the Health Sector: Boon or Bane. *Procedia – Social and Behavirol Sceinces*. Volume 157, November 2014, 3017-316. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.11.033>
- Usher, A. D. (2021). Uncertainties over EU COVID-19 vaccine sharing scheme. *The Lancet*, Volume 397 (10280), 1171, [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00721-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00721-2)
- Vaccines Europe. (2020) "Vaccines Europe's Position on Joint Procurement of Vaccines in Europe". 06.2020. Disponível em: https://www.vaccineseuropa.eu/wp-content/uploads/2020/06/Vaccines-Europe-Position-on-Joint-Procurement-of-Vaccines-in-Europe_FINAL.pdf
- Valentino. S. (2021) "Covid vaccine contracts: EU has hands tied, experts say". *Vox Europe*. Disponível em: <https://voxeurop.eu/en/covid-vaccine-contracts-eu-has-hands-tied-experts-say/>
- Wheaton S. & Deutsh, J. (2020). "How Europe fell behind on vaccines". *Politico*. 27.01.2021. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/europe-coronavirus-vaccine-struggle-pfizer-biontech-astrazeneca/>